SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

TASSIA JULIANA DOS SANTOS CORREA

A PRÁTICA DOCENTE E O AUTISMO: AS BARREIRAS ENFRENTADAS PELOS DOCENTES EM SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA E.M.E.I.E.F PROFª. EMÍLIA GIMENNEZ, EM CASTANHAL/PA

CASTANHAL-PA
2019

TASSIA JULIANA DOS SANTOS CORREA

A PRÁTICA DOCENTE E O AUTISMO: AS BARREIRAS ENFRENTADAS PELOS DOCENTES EM SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA E.M.E.I.E.F PROFª EMÍLIA GIMENNEZ, EM CASTANHAL/PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Castanhal como requisito parcial de avaliação para obtenção título de licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Valdinei dos Santos Anjos.

CASTANHAL-PA
2019

TASSIA JULIANA DOS SANTOS CORREA

A PRÁTICA DOCENTE E O AUTISMO: AS BARREIRAS ENFRENTADAS PELOS DOCENTES EM SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA E.M.E.I.E.F Profª EMÍLIA GIMENNEZ, EM CASTANHAL/PA

Projeto de Pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Pedagogia, da Universidade Federal do Pará (UFPA) como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em: 11/06/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Francisco Valdinei dos Santos Anjos(Orientador- Presidente da Banca)

Dr. Em Educação

Universidade Federal do Pará

Prof.ª Eula Regina Lima Nascimento (Membro - Examinador)

Doutora em Educação

Universidade Federal do Pará

Prof. João Batista Santiago

Doutor em Filosofia

Universidade Federal do Pará

CASTANHAL/PA

2019

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter abençoado essa caminhada e concedido força e determinação para superar todas as adversidades que surgiram ao longo desse período.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram em especial a minha mãe que foi de suma importância para que eu conseguisse concluir mais essa etapa da minha vida.

Ao meu filho, José Heitor que por diversas vezes tive que estar ausente no seu dia-a-dia, mas que sempre me acolhia com seu abraço carinhoso. A minha caçula, Maria Luiza que esteve comigo durante nove meses dessa trajetória acadêmica e chegou trazendo mais alegria e significado para minha vida, vocês foram o combustível que me impulsionou nessa caminhada, por isso todo meu amor é de vocês.

Ao meu querido orientador, professor Dr. Francisco Valdinei dos Santos Anjos, pelas palavras de incentivo, pelo aporte teórico compartilhado e por me fazer acreditar que eu conseguiria alcançar meus objetivos, mesmo quando eu pensei que não fosse ser possível.

As minhas amigas, que a UFPA me deu, por tornarem esse período cansativo de todas as tardes mais prazeroso, Rafaeli que mesmo não tendo continuado o curso, esteve presente nos melhores e piores momentos da minha vida. E aquelas que formavam a minha “legião” de apresentação de trabalhos, Renata, Fernanda, Alanna, Gabrielly, Kelly e Eduarda, sem vocês não seria possível chegar até aqui.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, a minha gratidão eterna.

À minha família, em especial, que esteve do meu lado me apoiando e aguentando minha ausência e estresse ao longo dessa jornada, sem vocês nada disso seria possível.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado A Prática Docente e o Autismo: as barreiras enfrentadas pelos docentes em suas práticas pedagógicas, investigou as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes, da Escola Municipal Emilia Gimennez em Castanhal. O estudo fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, para a coleta de dados utilizou-se uma entrevista composta de doze questionamentos, direcionadas a professoras, mediadora e coordenadora que possuíam alunos autistas na sala de aula. Os dados foram analisados com base nos autores que vem discutindo a inclusão do aluno autista e a formação dos professores como Bosa (2006), Cunha (2014), Mantoan (2015), Silva(2013), Araújo (2012), e Delors (2003), dentre outros. Concluísse que a maior dificuldade encontrada pelos docentes é elaboração de atividade adaptadas, o que pode ser consequência da falta de formação continuada disponível pela Rede Municipal de Ensino. O estudo revela também que na maioria das vezes as atividades acabam excluindo os alunos autistas, por não estarem adequadas as suas necessidades. No entanto, mesmo com dificuldades, alguns docentes estão sempre buscando melhorar suas metodologias para minimizara as dificuldades do seu aluno, seja na comunicação, na interação social, na leitura ou na escrita. Porém, A pouca compreensão da maioria dos professores, acaba afetando o desenvolvimento dos seus alunos, o que pode contribuir para a não eficácia das metodologias utilizadas na sala de aula, o que nos leva a uma reflexão sobre a disponibilização de professores capacitados no município de Castanhal.

PALAVRAS-CHAVE: Aluno autista. Prática Docente. Inclusão. Formação Continuada.

ABSTRACT

This work, entitled Teaching Practice and Autism: the barriers faced by teachers in their pedagogical practices, investigated the main difficulties faced by teachers, the Emilia Gimennez Municipal School in Castanhal. The study was based on a qualitative approach, to the data collection was used an interview composed of twelve questions, addressed to teachers, mediator and coordinator who had autistic students in the classroom. The data were analyzed based on the authors who have been discussing the inclusion of the autistic student and the training of teachers such as Bosa (2006), Cunha (2014), Mantoan (2015), Silva (2013), Araújo 2003), among others. It was concluded that the greatest difficulty found by teachers is the elaboration of adapted activity, which may be a consequence of the lack of continuous training available by the Municipal Education Network. The study also reveals that most of the time activities end up excluding autistic students because their needs are not adequate. However, even with difficulties, some teachers are always seeking to improve their methodologies to minimize the difficulties of their student, whether in communication, social interaction, reading or writing. However, poor understanding of the majority of teachers ends up affecting the development of their students, which may contribute to the ineffectiveness of the methodologies used in the classroom, which leads us to a reflection about the availability of qualified teachers in the municipality of Castanhal.

KEYWORDS: Autistic student. Teaching Practice. Inclusion. Continuing Education

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APAE – Associação de pais e amigos dos excepcionais

CEES - Coordenação de Educação Especial

CID – Código Internacional de Doenças

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

TEA – Transtorno do Espectro Autista

UEPA - Universidade do Estado do Pará

UFPA – Universidade Federal do Pará

UVA – Universidade Vale do Acaraú

SUMÁRIO

SEÇÃO I – INTRODUÇÃO.....04

1.1– Problema.....05
1.2– Objetivos.....05
1.3– Justificativa.....05

SEÇÃO II– BREVE HISTÓRICO DO AUTISMO E O SEU PROCESSO EDUCACIONAL.....08

2.1– Um pouco de história: entre conceitos e problematizações do autismo.....08

2.2– O Autismo no processo educacional: inclusão/exclusão na contemporaneidade.....15

2.3– A inclusão social como direito humano fundamental da pessoa com deficiência.....19

SEÇÃO III –METODOLOGIA.....23

3.1–Abordagem e Tipo de Estudo.....23

3.2–Técnica de produção e análise de dados.....24

3.3– Contexto e local da pesquisa.....24

3.4– Participantes da Pesquisa.....27

SEÇÃO IV–APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....29

4.1–Perfil dos participantes da pesquisa.....29

CONCLUSÃO.....48

REFERÊNCIAS.....52

APÊNDICE.....56

SEÇÃO I – INTRODUÇÃO

O autismo é uma síndrome que afeta o desenvolvimento social, a comunicação, o funcionamento cognitivo entre outras alterações de caráter biológico. Para que a criança com autismo possa desenvolver certas habilidades, de acordo com o grau, é necessário que ocorra uma intervenção o mais cedo possível.

Essas crianças diagnosticadas com autismo possuem o direito de ser matriculadas na rede regular de ensino, porém para que seja garantida a permanência delas em sala de aula é necessário que possuam professores capacitados para atender as suas necessidades. Com o crescente número de crianças autistas se elevou também as dificuldades enfrentadas pelos professores na sua prática pedagógica. Possivelmente a falta de formação continuada, de estrutura, professores auxiliares e parceria dos pais podem dificultar ainda mais o trabalho dos docentes.

Através desta pesquisa de caráter qualitativo, será verificado por meio de uma entrevista com alguns professores da rede Municipal de Castanhal da E.M.E.I.E.F Profª. Emília Gimennez, com objetivo de evidenciar as dificuldades enfrentadas pelos docentes no ensino dos alunos autistas e suas possíveis implicações para o processo de ensino e aprendizagem.

Esta pesquisa está, portanto, centrada na prática docente e no autismo, onde será abordado: o conceito e característica dessa síndrome e quais as dificuldades que os professores estão enfrentando em sua prática pedagógica, buscando proporcionar a esses alunos uma integração adequada no ambiente escolar.

Dentre as possíveis dificuldades presentes na prática pedagógica do professor com o aluno autista destaca-se: a falta de formação dos docentes, a ausência de um professor auxiliar que facilite o trabalho do docente na sala de aula, a dificuldade dos responsáveis em aceitar que seu filho precisa de atendimento especializado para que o mesmo possa desenvolver suas capacidades cognitivas, e a falta de formação continuada que proporcione ao docente conhecer novas metodologias que facilitem o aprendizado do aluno autista.

1.1 – Problema

Que barreiras são enfrentadas pelos docentes em suas práticas pedagógicas na E.M.E.I.E.F Profª Emília Gimennez, em Castanhal/PA para escolarizar alunos com autismo?

1.2 – Objetivos:

Geral:

Investigar as barreiras enfrentadas pelos docentes em suas práticas pedagógicas na E.M.E.I.E.F Profª Emília Gimennez, em Castanhal/PA para escolarizar alunos com autismo.

Específicos:

- Descrever o perfil sócio profissional dos participantes da pesquisa;
- Identificar a compreensão dos participantes da pesquisa sobre o autismo;
- Conhecer as dificuldades enfrentadas pelos professores no trabalho pedagógico com alunos autistas;
- Analisar se as práticas docentes se mostram inclusivas ou excludentes no contexto da escola pesquisada.
- Destacar implicações decorrentes das práticas pedagógicas dos docentes para a aprendizagem dos alunos;

1.3 – Justificativa

A temática está centrada na prática docente e o autismo. Este projeto foi elaborado com base nas minhas vivências de sala aula e pela observação do crescente número de crianças autista no âmbito educacional.

Apesar de muitas crianças, com idades, cada vez mais, precoces, serem diagnosticadas com autismo, ainda existem pais, que por falta de informação, não procuram profissionais que possam ajudá-los nesse diagnóstico. Embora o autismo seja

bastante conhecido, a sua variedade de características acaba dificultando esse diagnóstico por parte dos pais.

No âmbito educacional, é notório que a maioria das escolas que recebem alunos autistas, ainda não possui uma estrutura física adequada para atender as necessidades desse alunado. Além do mais, a falta de formação continuada que capacite esses docentes também vem dificultando a prática desses professores com esses alunos.

A criança autista tem dificuldade de se relacionar, seguir regras e de se adaptar ao novo ambiente, esse comportamento que é característico do autista é confundido com falta de educação e limite, por alguns professores, por não saberem identificar os modos de vida da criança autista. O que acaba afetando negativamente a vida escolar dessas crianças.

Faz-se necessário, portanto, uma análise mais profunda sobre o autismo e as dificuldades enfrentadas pelos docentes na sua prática pedagógica com esses alunos. A partir da temática aqui apresentada será abordado informações sobre o autismo, com enfoque no processo histórico, conceito, diagnóstico, sintomas, o processo educacional e a prática docente, através de um levantamento bibliográfico e pesquisa de campo acerca do tema. De modo que essas informações possibilitem um conhecimento mais aprofundado sobre o autismo e as práticas docentes para enfrentar as dificuldades no processo de ensino aprendizagem do aluno autista.

Tendo como base algumas disciplinas que me mostraram a importância da inclusão do aluno com deficiência, achei de suma importância abordar o tema do autismo, pois possibilitará aos futuros professores um aprendizado de como utilizar a sua prática pedagógica de maneira que facilite sua relação com o aluno autista na sala de aula.

Este estudo está organizado da seguinte maneira: Na seção I: Introdução apresentamos algumas discussões gerais que pontuam, dentre outras coisas, o objeto de investigação, o problema, objetivos e justificativa. Na seção II: Breve histórico sobre o autismo e seu processo educacional, destacando de que maneira as crianças autistas

estão sendo inseridas no contexto escolar e se realmente está acontecendo a inclusão delas, de maneira que contribua para seu processo de escolarização . Na seção III: Metodologia, definimos a técnica utilizada na pesquisa, e apresentamos o contexto em que está inserida a instituição que serviu de fonte para a pesquisa. Na seção IV: Apresentação e análise de dados obtidos durante a investigação sobre as principais dificuldades que os docentes possuem no processo de ensino com o aluno autista, a compreensão dos docentes a respeito do autismo, suas dificuldades com esses alunos e se as atividades que estão sendo propostas para as crianças estão sendo inclusivas ou excludentes no processo educacional. Além das conclusões, das referências e apêndice.

SEÇÃO II – BREVE HISTÓRICO DO AUTISMO E O SEU PROCESSO EDUCACIONAL

2.1 – Um pouco de história: entre conceitos e problematizações do autismo

A primeira pessoa a introduzir o termo autismo foi o psiquiatra Eugen Bleuler em 1911, para caracterizar um dos sintomas relacionados à esquizofrenia. Em 1943 a palavra autismo foi descrita pela primeira vez por Leo Kanner, um médico americano que atuava na psiquiatra infantil. Com o interesse de estudar o mistério e diferença que caracterizava certas crianças, resolveu observar 11 delas (8 meninos e 3 meninas), e percebeu que as mesmas apresentavam duas características básicas em comum: um isolamento excessivo e uma obsessão pela mesmice, sendo assim, denominou-as "*autistas*". No mesmo ano, publica a obra "Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo", onde descreve os casos dessas crianças da seguinte forma:

> El denominador comum de estos pacientes ES su imposibilidad de estabelecer desde El mismo comienzo de La vida conexiones ordinárias con las personas y las situaciones. [...] que están contentos cuando los dejan solos, que actúan como si las personas que los rodean no estuvieran [...]. Casi todas las madres recuerdan El asombro que lês producía El hecho de que SUS hijos no adotaran La posición própria de los niños que quieren que los tomen em brazos. (KANNER, 1966, p. 720)[1]

Em 1944 Hans Asperger, um pediatra austríaco e pesquisador, publicou um artigo intitulado "A psicopatia autista na infância" descrevendo um grupo de crianças que apresentavam os mesmos sintomas que as de kanner, e caracterizou o autismo de síndrome. Além do mais, observou que esses sintomas ocorriam preferencialmente em meninos.

Os trabalhos de Asperger não tiveram grandes prestígios uma vez que foram escritos em alemão e no período da guerra.

[1] O denominador comum desses pacientes é sua impossibilidade de estabelecer, desde o começo da vida, interações esperadas com pessoas e situações [...] apreciam ser deixados sozinhos, agindo com se as pessoas em volta não estivessem ali [...] quase todas as mães relatam a perplexidade causada pelo fato dos filhos, diferentemente dos demais, não desejarem se tomados em seus braços. (KANNER, 1966, p. 720)

Embora Kenner e Asperger tenham descrito o autismo na década de 40, em 1952, o autismo não era considerado como um diagnóstico separado e sim como um subgrupo da esquizofrenia, publicado no Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais pela Associação Americana de Psiquiatria.

Somente na década de 1980, após os trabalhos de Asperger serem traduzidos para o inglês, seu nome foi reconhecido como um dos pioneiros no estudo do autismo, com isso um tipo de autismo foi denominado Síndrome de Asperger. A partir de então houve uma crescente produção de trabalhos sobre o autismo, o que influenciou para que o autismo fosse reconhecido e colocado em uma nova classe de transtornos.

O conceito de autismo começou a ser definido, quando na década de 1940, Leo Kanner utilizou o termo autismo, o qual foi denominado a princípio por ele de Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, para caracterizar crianças com comportamentos específicos, tais como: dificuldade de se relacionar com outras pessoas e de se comunicar, anseio obsessivo pela preservação da rotina, isolamento em seu próprio mundo interior, capacidade cognitiva acentuada, aparência física, normal, início precoce, maior número de ocorrência no sexo masculino.

O autismo é um transtorno global do desenvolvimento, conhecido atualmente como Transtorno do Espectro Autista (TEA). Como ainda não há uma definição sobre a causa específica do autismo, o mesmo é chamado de síndrome[2]. Segundo Gilberg (1990, p.112), o autismo é “uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de distúrbio de desenvolvimento”.

> O autismo é uma síndrome comportamental que engloba comprometimento nas áreas relacionadas à comunicação, quer seja verbal ou não verbal, na interpessoalidade, em ações simbólicas, no comportamento geral e no distúrbio do desenvolvimento neuropsicológico. (ORRÚ, 2011, p.30).

No entanto, é de suma importância que saibamos que o autismo não é uma doença e sim uma síndrome, que se caracteriza por comportamentos repetitivos, pelas pessoas que a possui. O autismo está compreendido entre a observação de um

[2] Conjunto de sintomas.

conjunto de comportamentos, segundo Eugênio Cunha (2015), em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restritas repetitivas.

> A Lei n.º 12.7643/12caracteriza a síndrome do autismo como uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação, interação social, manifestada por dificuldade de comunicação verbal e não verbal reciprocidade social e dificuldades para desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento. (CUNHA, 2015, p. 20).

Inicialmente o autismo foi diagnosticado por Leo Kanner como um distúrbio autístico do contato afetivo. Kanner percebeu em algumas crianças a dificuldade de interagir, assim como atrasos no desenvolvimento da fala e dificuldades motoras, definindo ainda que o autismo se desenvolvia ainda nos dois primeiros anos iniciais de vida.

De acordo com Bosa (2002), dos casos de crianças diagnosticadas com autismo apenas 30% possuem um perfil cognitivo acentuado. Onde as crianças com perfil cognitivo mais baixo, geralmente ficam mais isoladas e são mudas. Essas características possivelmente contribuem para as dificuldades que os professores têm na sua prática pedagógica para incluir esses alunos nas suas aulas. Contudo, a interação é importante para o desenvolvimento do aluno autista, pois estimula suas capacidades interativas impedindo-o de ficar isolado. Sendo necessário respeitar o desenvolvimento de cada criança.

Segundo uma revisão da literatura sobre os vários tipos de intervenções que, tem sido utilizadas para o tratamento da criança autista, Bosa (2006), destaca que quanto mais cedo a criança diagnosticada com autismo, tiver contato com o ambiente escolar maior é a possibilidade de alcançar bons resultados no seu desenvolvimento, desde que todos os profissionais envolvidos estejam integrados nesse processo de aprendizagem.

De acordo com Tezzari e Baptista (2002) a inclusão desses alunos está limitada aqueles que possuem poucos prejuízos no seu déficit cognitivo. A falta de estudos em relação a inclusão desses alunos na rede regular de ensino proporcionam uma reflexão

acerca da falta de estrutura e de professores qualificados para o ensino dessas crianças. Além das dificuldades que existem por parte do professor também existem as barreiras enfrentadas pelo aluno no ambiente escolar. Dentre eles temos o preconceito, que contribui para que o autista se isole e não consiga interagir com os outros colegas. Portanto, é necessário metodologias que estimulem a interação dos alunos para perceberem a importância de respeitar a diversidade e as dificuldades de aprendizagem existentes dentro do ambiente escolar.

De acordo com uma pesquisa sobre a relação de professores com alunos autistas, feita por Kristen, Brandt e Connie (2003), onde os professores possuíam um bom relacionamento com o aluno autista seu desenvolvimento e sua relação com os outros alunos era melhor.

Segundo Paulo Freire (2004): “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeito apesar das diferenças que conotam não se reduzem a condição de objeto, um do outro” (p.23), pois na relação professor-aluno, ao ensinar o docente aprende e o discente ao aprender o ensina. Para que o aluno autista possa vir a ter autonomia é de suma importância que haja uma relação afetiva entre professor e aluno.

Para que esse vínculo afetivo se construa, é necessário que o professor priorize seu aluno, pois o mesmo irá contribuir com o conteúdo das atividades desenvolvidas e a sua metodologia. Sendo necessário usar seus gostos, suas habilidades para planejar os trabalhos pedagógicos. Os trabalhos desenvolvidos com o aluno autista devem possuir caráter terapêutico, afetivo, social e pedagógico.

De fato, existem fatores externos que dificultam uma boa prática pedagógica do docente, em uma pesquisa feita por Sant’ Ana (2005), os professores relataram que a falta de orientação, estrutura e de recursos pedagógicos e a pouca informação sobre a diferença entre inclusão e integração prejudicam seu trabalho pedagógico. Segundo o art.58 da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB): “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (p.40).

Sendo assim, os autistas que forem diagnosticados com condições de estar inseridos na rede regular de ensino devem ter condições de permanecer na escola. E para que isso ocorra é necessário que a escola disponibilize professores com formação adequada, sendo especialização em nível médio ou superior, para o atendimento educacional especializado e que os professores da sala regular também possuam formação adequada para garantir a integração desse aluno na turma.

Segundo Jordan (2005) a falta de formação adequada para os professores a respeito do autismo, dificulta em sua percepção acerca das necessidades dos seus alunos autistas. Embora essas crianças possuam suas limitações eles devem ser vistas com as possibilidades de se desenvolverem, pois só assim será assegurada a permanência dela na escola e com um ensino de qualidade.

O estudo de Goldberg, Pinheiro e Bosa (2005), acerca das principais preocupações dos professores em relação a inclusão dos alunos autistas em suas salas de aula, está relacionada a como lidar com a agressividade desse aluno. Sendo que, a agressividade não é uma característica típica de todo autista, estando ela ligada a outras condições. Novamente, a falta de informação e capacitação dos docentes faz com que eles tenham medo de trabalhar com o aluno autista, preferindo muitas vezes a falta de capacitação como forma de dizer que não poderá assumir uma turma que tenha um aluno com autismo, o que mostra que o preconceito com o autista pode vim por meio dos professores também. Esse tipo de posicionamento é inadmissível no ambiente escolar, pois a variedade do público presente na sala de aula é uma realidade. Por isso, é necessária a constante capacitação dos professores para que possa atender as peculiaridades de seus alunos.

As pesquisas mostram que a maioria dos professores não conhecem o autismo e suas características onde, eles acreditam que o aluno autista não possui capacidade de comunicação. O que acaba influenciando na sua prática pedagógica e na expectativa em relação ao desenvolvimento desse aluno. O CID-10 classifica o autismo como um dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento.

Dentre as características, a criança com autismo, demonstra insatisfação em relação aos sinais sociais, emocionais e de comunicação além da reciprocidade afetiva. Há uma limitação na comunicação verbal, não há existência de expressões gestuais, pois não existe o valor simbólico para eles. Quando a criança autista deseja alguma coisa ela não faz gestos para demonstrar, na maioria das vezes, utilizam a mão de um adulto pra apontarem para o que desejam. Ao verificar se a criança aponta pra algum lugar ou o objeto é uma das maneiras mais comuns de identificar casos de autismo.

Em média de 20 a 30% dos autistas não irão falar nunca. Esse percentual é bem pequeno se for analisado com outros de cerca de 10 a 15 anos atrás, graças ao diagnóstico precoce e a intervenção esse número vem diminuindo, sendo levado em conta o grau do autismo de cada criança. Segundo José Ferreira e Patrícia Cunha:

> Posteriormente, as pesquisas fundamentadas em dados estabeleceram importantes modelos explicativos. O autismo passa a ser estudado e compreendido enquanto um transtorno do desenvolvimento. Deixa de ser apontado como uma psicose infantil para ser entendido como um Transtorno Global (ou Invasivo) do Desenvolvimento. (FERREIRA e CUNHA, 2010, p.13)

Por um longo período acreditou-se, erroneamente, que o aparecimento do autismo dava-se em função do papel materno ou paterno. Hoje sabemos que o autismo ocorre devido alterações biológicas, hereditárias ou não. Segundo Shaw (2012) qualquer sintoma que tenha efeito devastador no indivíduo está ligado a uma alteração bioquímica individual. O autismo é considerado um transtorno tão complexo que nenhuma abordagem clínica poderia encerrar o assunto. Por ser um distúrbio, em algumas situações, com déficit cognitivo, doenças genéticas, convulsões, há uma vasta incerteza a seu respeito. “As dificuldades parecem tornar-se maiores quando quadros clínicos de outras síndromes muito semelhantes conduzem a certas confusões”. (FACION, 2005, p. 36)

O autismo é manifestado na criança de acordo com a idade do indivíduo e o nível de desenvolvimento. Mesmo com dificuldades cognitivas alguns autistas têm desempenhos excepcionais em áreas específicas. Os indivíduos diagnosticados que conseguem falar podem ter um comprometimento em iniciar ou em manter uma

conversa podendo também haver a ecolalia[3], que é a repetição mecânica de palavras ou frases.

Tendo em vista que o autismo possui um grupo de comprometimentos que também podem ser detectados em outros distúrbios, ele passa a ser visto como um conjunto que têm início na infância, onde a capacidade para a imaginação, simbolização e pensamentos abstratos são violentamente prejudicados.

> O autismo é explicado e descrito como um conjunto de transtornos qualitativos de funções envolvidas no desenvolvimento humano. Esse modelo explicativo permitiu que o autismo não fosse mais classificado como psicose infantil, termo que acarretava um estigma para as famílias e para as próprias crianças com autismo. (FERREIRA e CUNHA, 2010, p.14)

Neste sentido, compreender os transtornos segundo as funções do desenvolvimento contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento dessas crianças. De modo que o diagnóstico tanto clínico como educacional são bastante inovadores auxiliando no processo de ensino aprendizado da criança autista.

> Médicos, professores, fonoaudiólogos, terapeutas, psicólogos e familiares que lidam com este tipo de problema dependem do trabalho em conjunto para o estabelecimento da educação e dos tratamentos adequados. (CUNHA, 2015, p. 29)

O papel do professor é de fundamental importância desde o diagnóstico ate o tratamento, sendo que a maioria dos casos são percebidos primeiramente na escola. É necessário investigar e observar o comportamento do aluno, pois é o docente que deve perceber o que está acontecendo com seu aluno com autismo. Tendo em vista que, a vigilância e a sensibilidade do professor são essenciais para o entendimento comportamental do educando.

Sabemos que a missão de educar não é fácil, ainda mais quando nos confrontamos com algo novo, que nos tira da zona de conforto, exigindo do educador uma pesquisa detalhada e uma nova metodologia para transmitir o conhecimento, porém, o ato de educar com amor torna tudo mais prazeroso.

---

[3] Repetição automática que alguém faz de palavras ou frases ditas por outra pessoa, que pode constituir sintoma de perturbação neurológica ou do desenvolvimento.

Todo educador deve, contudo, amar o que faz e assim conseguirá alcançar seus objetivos no processo educativo, estando sempre em contato direto com seu aluno, para perceber suas necessidades e também aprender com a sua maneira de ensinar. Tendo em vista que em algumas situações o docente deve aprender a aprender com seu próprio aluno, pois no processo de ensino só há o aprendizado se houver a troca do conhecimento e para isso é necessário que haja uma relação afetiva entre o professor e o aluno autista.

2.2 – O Autismo no processo educacional: inclusão/exclusão na contemporaneidade

Na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) está assegurado a todos os cidadãos o direito à educação, mas é necessário que haja algumas adaptações para atender a necessidade de todos os alunos, principalmente dos alunos com necessidades especiais. O número de alunos com deficiência presentes nas salas de aula comuns aumentou com o passar dos anos, havendo assim uma necessidade de adaptação da escola para recebê-los. Necessitando então de um currículo diferenciado, professores especializados, materiais adaptados, entre outras melhorias. No entanto, desde o planejamento o professor deve estar atento as metodologias que serão utilizadas para atender os alunos com necessidades especiais, para evitar que ele seja excluído dentro da sala de aula. Segundo Mantoan (1997):

> As escolas inclusivas propõem um modo de se construir o sistema educacional que as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoiar a todos: professores, alunos, pessoal administrativo para que obtenham acesso na corrente educativa geral. (p.121).

A escola deve estar preparada para os desafios a serem enfrentados ao longo do processo educacional de todos os alunos, tendo como objetivo o sucesso de todos eles, para que assim possa ser considerada como um espaço inclusivo. Feltrin (2006), destaca a importância de atendimento especializado para os alunos com necessidades

especiais, para que sintam-se verdadeiramente incluídos e percebam o seu avanço na busca pelo conhecimento, respeitando as especificidades de cada um.

De fato iniciou-se a inclusão dos alunos autistas nas salas de aulas comuns, porém é necessário que haja qualidade no ensino que assegurem o aprendizado e a permanência desse aluno na escola. No entanto, para que de fato essa inclusão ocorra deve haver profissionais capacitados, que atendam as necessidades desses alunos. O preparo de todos que fazem parte do ambiente escolar, que trabalham direta ou indiretamente com os alunos também é importante para essa adaptação dos alunos especiais. Aí então, nossas escolas disponibilizaram de espaços educacionais inclusivos, que atendam seus alunos e potencialize o seu desenvolvimento, a aprendizagem e ajudem-no a conviver com o outro de maneira produtiva e construtiva independente de ser um aluno com necessidade especial ou não.

A intolerância gera um grande obstáculo na inclusão, Freire (1993, p. 65) ressalta que a não aceitação das diferenças existentes entre as pessoas origina essa intolerância. Diante desse posicionamento, ressaltasse que para haver a inclusão é necessário que tenha o respeito pela diferença do outro, seja esta qual for. Onde as pessoas devem ser tratadas igualmente e atendendo suas particularidades. Então, assim possibilitara o fim da exclusão dos alunos com necessidades especiais, dentro da escola.

O termo “inclusão”, já é bastante real no cenário escolar, porém ainda é desconhecido por alguns profissionais da educação. Os professores ao se depararem com algo novo sentem-se despreparados, e muitas vezes não sabem como trabalhar com os alunos com necessidades especiais, dentre os quais, encontra-se o aluno autista. Por isso há necessidade do aperfeiçoamento, teórico e prático, dos professores, para que ao receberem na sala de aula um aluno autista, ele esteja preparado para elaborar atividades de acordo com as suas especificidades, e consiga de fato incluí-lo na sala de aula.

Além da inclusão nas salas comuns é direito do aluno que a escola disponha de uma sala especializada para seu atendimento com um profissional da educação especial. Antes os alunos que possuíam alguma deficiência estudavam em classes

especiais, onde não tinham contato com outros alunos ditos normais. Segundo Brandão (2007), o uso de classes especiais não é a melhor maneira de contribuir para o desenvolvimento do aluno com necessidades especiais:

> Se por um lado, a existência de ‘classes especiais’, especialmente nas escolas públicas, constitui, claramente, um fator da discriminação da criança portadora de necessidades especiais, a extinção dessas ‘classes especiais’ só pode ser vista como uma atitude altamente louvável. Por outro lado a opção de incluir as crianças portadoras de necessidades especiais em classes comuns reclama um politica de capacitação, especifica e especializada, dos docentes que irão trabalhar nessas salas de aula que passam a ser mais heterogênea, exigindo formação adequada e mais atenção desses profissionais. (BRANDÃO, 2007, p. 8).

Sendo assim, a capacitação adequada dos professores, adaptações, curriculares, metodologias de ensino que atendam as particularidades dos alunos com necessidades especiais, recursos didáticos, avaliações adequadas, atendimento especializado, dentre outras necessidades que devem estar presentes nas salas de aulas comuns, são indispensáveis para que de fato ocorra a inclusão desses alunos.

O autista segundo Mello (2001), possui o seu desenvolvimento psiconeurológico afetado, o que compromete sua comunicação, interação social e em alguns casos o retardo mental. Porém, existe uma grande variação de comportamento de acordo com cada caso, do leve até o mais severo, onde em alguns casos mais graves, o aluno autista jamais conseguira desenvolver a fala, mas poderá desenvolver a socialização, o que já é considerado um grande avanço dentro das suas limitações.

Ao observar o termo inclusão/exclusão, já se pode perceber que anteriormente algo precisou estar excluído para que pudesse ser inserido de maneira correta. O que podemos notar quando Emilio (2004) afirma que o uso do termo “’incluído’ não é necessário quando a ideia de exclusão está presente”. Por isso para, compreender a exclusão é preciso entender que ela não pode estar limitada a um pequeno grupo social ou a um determinado ambiente. A exclusão pertence a um processo social e histórico da nossa sociedade, independente da situação econômica em que esteja inserida. Sintetizando a afirmação de Sawaia (1999) temos que:

> A exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros (p.9).

Com isso a política da inclusão possui como um dos seus principais paradigmas, uma igualdade que respeite as diferenças, e como a deficiência é vistam como uma diferença ela é um dos principais motivadores da inclusão. Mas, as pessoas devem mudar seu conceito sobre a pessoa com deficiência, que segundo Voltolini (2008) a pessoa não é a deficiência, mas sim portadora de um tipo de deficiência como uma de suas características pessoais. E que mesmo com algumas limitações a pessoa com deficiência deve ser respeitada e ter seus direitos garantidos.

Contudo, para que realmente haja inclusão das crianças autistas, não basta apenas que seja assegurada sua matricula na rede regular de ensino, ou criar estruturas físicas adequadas, ou mesmo criar leis que assegurem o direito a educação inclusiva aos que dela necessitam. É preciso que tenhamos politicas publicas educacionais que atentem para a valorização desse aluno, enquanto individuo, facilitando o acesso a serviços de apoio especializado, formação continuada dos professores, entre outras melhorias que ajudem no processo de ensino e aprendizado desse aluno.

O respeito à diferença é o principal aliado da inclusão do aluno autista, nem todos os dias ele estará disposto a interagir, a fazer as atividades propostas pelo professor, ou a se comunicar, e isso deve ser respeitado, pois mesmo com suas limitações ele é um ser humano comum e precisa ser respeitado e ter seus direitos garantidos. Como diz Mantoan (2003): “É preciso que tenhamos direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza” (p.34). Portanto, para haver inclusão deve existir o respeito as diferenças, para que assim, todos sintam-se inseridos e valorizados da verdadeira forma que precisam.

2.3 – A inclusão social como direito humano fundamental da pessoa com deficiência

A Educação especial começou a ter uma nova perspectiva a partir da década de 90, onde começa a surgir a inclusão escolar. De acordo com GARCIA E MICHELS(2011):

> A Educação Especial tinha como orientação o documento intitulado Política Nacional de Educação Especial (1994), o qual apresentava como fundamentos a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61), o Plano Decenal de Educação para Todos (1993) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)(p.106)

Nessa mesma época aconteceu a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, e a partir disso, nos países de terceiro mundo, começa a ser estabelecido as prioridades para essa educação. Onde, de acordo com HYPOLITO (2002, p.64), foram abordados as principais necessidades de aprendizagem, concentrando- se na universalização da educação básica. Para que realmente ocorra inclusão, no que diz respeito a educação especial, é necessário que existam medidas que permitam igualdade de acesso à educação, seja qual for o tipo de deficiência do aluno.

Contudo, está escrito na Constituição Federal de 1988, que a Educação é um direito fundamental de todos, tendo como objetivos fundamentais: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL,1988). Então no ano de 1994, foi elaborado na Espanha, a Declaração de Salamanca, objetivando o fornecimento de diretrizes básicas para uma nova educação, baseada no movimento de inclusão social. Juntamente com a Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre a Educação para Todos(1990), a Declaração de Salamanca é intitulada como um dos principais documentos mundiais que tem como objetivo a inclusão social.

Conforme SANTOS E TELES (2012, p.81), a Declaração de Salamanca, foi um documento criado para mostrar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que atendam a todas as pessoas igualmente. Segundo este documento,

o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças aprendam juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter (1994, p.5). Destacando, que é a escola que deve adequar-se as necessidades dos seus alunos. Essa declaração, vem ampliar o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo além das crianças com deficiência, as que estejam apresentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola. Como por exemplo, alunos repetentes continuamente, crianças vítimas de trabalho infantil, as que não possuem moradia digna, as que sofrem abusos físicos, emocionais e sexuais, ou por qualquer motivo que seja.

Para que essas crianças tenham seus direitos garantidos, é necessário que lhe seja ofertado uma educação com qualidade, onde tenha currículo apropriado, metodologias diferenciadas de acordo com suas especificidades, uso de recursos, e parceria de todos que contribuem direta ou indiretamente para o aprendizado escolar. Sendo assim, nas escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber todo o apoio que precisem, para que possam realmente ser incluídas na rede regular de ensino.

No entanto, além de oferecer acesso a uma educação de qualidade, para as crianças com necessidades especiais, é preciso que seja ofertado condições para que elas permaneçam na escola. O documento Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (DUTRA. p.6. 2008), destaca que quando ocorre o processo de democratização da Educação surge o paradoxo inclusão/ exclusão. Onde as escolas oferecem vagas para todos, mas acabam excluindo os alunos com deficiência, por não dispor de profissionais capacitados para atender suas necessidades.

Portanto, além de acesso, é de fundamental importância que haja ambientes em condições adequadas, como destaca o documento: “Marcos Político-Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva”:

> Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e a comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (BRASIL, 2010, p. 24).

Nesse sentido, os professores devem disponibilizar de recursos que facilitem o atendimento das necessidades dos alunos com deficiência e de formação adequada para que possam trabalhar com os diversos tipos de deficiências que seus alunos venham ter.

> As escolas com propostas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizações, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 2)

É notório que a falta de investimentos nas escolas brasileiras, contribuem para a adaptação dos seus alunos. Essa falta de recursos e profissionais capacitados vem contribuindo para a não permanência dos alunos com deficiência nas escolas. Onde nota-se, através de dados fornecidos pelo Censo Escolar de 1998, um aumento de 13% para 79% de alunos com deficiência matriculados na rede regular de ensino (PORTAL BRASIL, 2015).

Entretanto, esse aumento do número de crianças com deficiência matriculados no ensino regular não significa que a inclusão esteja acontecendo em todas as instituições, e o mais importante que todos os alunos estejam apreendendo. Conforme o decreto n° 3298 que regulamenta a Lei n°7853/89: a Educação Especial é definida como uma modalidade transversal em todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a necessidade de uma complementação da Educação especial ao ensino regular. (BRASIL, 2010. p.12).

Assegurando, às crianças com necessidades especiais, o direito de participarem do Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde deve haver uma parceria dos professores das classes regulares com os responsáveis pelas salas do AEE, para que haja um melhor atendimento dos alunos. Onde serão traçados métodos

e estratégias que facilitem o acesso e permanência dessas crianças na escola, proporcionando de fato a inclusão.

A Declaração de Salamanca destaca que:

> "A maioria das mudanças necessárias não se limitam à integração de crianças com deficiência. Essas mudanças fazem parte de uma reforma do ensino necessária para melhorar sua qualidade e relevância, e da promoção de um maior aproveitamento escolar por parte de todos os alunos." (p.8).

Com isso, observa-se a necessidade de uma melhoria no ensino dos alunos, não só com deficiência, mas uma mudança em todo o sistema de ensino, que deve se adaptar as limitações do seu público alvo. A deficiência da educação brasileira é visível, seja ela estrutural ou pedagógica, portanto é necessária uma reforma do ensino para que haja condições adequadas para os professores ensinarem e para os alunos aprenderem de maneira que atenda suas especificidades.

SEÇÃO III – METODOLOGIA

3.1 – Abordagem e Tipo de Estudo

Os desafios presentes na sala de aula são diversos, por isso, a prática docente está em constante mudança, para atender as necessidades dos discentes. Com o crescente número de crianças diagnosticadas com autismo, aumenta também os desafios enfrentados pelos docentes na sua prática pedagógica.

Tendo em vista as barreiras enfrentadas pelos professores na sua prática pedagógica com o aluno autista, será realizada uma pesquisa de campo, que de acordo com Munhoz (1989):

> [...] um estudo que é feito de maneira direta, ou seja, junto as próprias fontes informativas, sem o uso de dados secundários, extraídos de outras publicações. A pesquisa de campo tem por objetivo a coleta de elementos não disponíveis, que ordenado sistematicamente, possibilitem o conhecimento de uma determinada situação, hipótese ou norma de procedimento (p.84).

Para as pesquisas de abordagem qualitativas todos os fatos são significativos e são trabalhados através das principais técnicas: entrevistas, observações, análise de conteúdo, estudo de caso e estudos etnográficos (MARTINELLI, 1999, p.24). Neste sentido, a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada com o objetivo de explicar em profundidade o significado e as características das informações obtidas por meio de uma entrevista com base no roteiro proposto.

Com o crescente número de crianças autistas inseridas na sala de aula regular, percebemos que existem muitos professores sem formação adequada, o que consequentemente dificulta esse trabalho. Por isso, houve a necessidade de uma pesquisa de campo de caráter descritivo, a fim de verificar quais são as maiores dificuldades enfrentadas por esses professores. Segundo RUDIO (1999):

> [...] descrever é narrar o que acontece. Explicar é dizer por que acontece. Assim, a pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. A pesquisa experimental, pretende dizer de que modo ou por que causas o fenômeno é produzido (p.57).

3.2 – Técnica de produção e análise de dados

Sendo assim, em um primeiro momento, será realizada uma entrevista com os professores da escola, que possuem aluno autista utilizando-se um questionário composto por doze perguntas, para descobrir as dificuldades que eles enfrentam na sua prática, em seguida as informações coletadas serão analisadas e organizadas para dar continuidade a pesquisa.

> Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. (LAKATOS, 2007, p.203).

Com isso o questionário, foi deixado com os entrevistados para ser respondido e após dois dias foi devolvido para a análise dos dados obtidos. A análise dos resultados da pesquisa será de caráter qualitativo, tendo como foco as dificuldades, a relação dos pais com os professores e a parceria da escola, para que a prática pedagógica do professor seja significativa, para assim proporcionar ao aluno autista um aprendizado de qualidade.

3.3 – Contexto e local da pesquisa

A pesquisa foi feita na escola E.M.E.I.E.F. “Profª Emília Gimennez”, localizada na zona urbana de Castanhal, município do estado do Pará, situada na Rua Pedro Porpino, Nº 4421 no Bairro São José.

Na escola as modalidades de ensino presente são a Educação Infantil- turma de 4 e 5 anos - Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano - Educação de Jovens e Adultos - EJA- e a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva- onde os alunos com alguma deficiência são matriculados nas salas de aula comum, dispondo de apoio pedagógico fornecido pelo Atendimento Educacional Especializado(AEE). Atualmente, encontram-se matriculados 703 alunos no Ensino Fundamental e Educação Infantil, nos turnos da manhã e tarde, e 271 alunos na EJA, no turno da noite. Dispondo de um total

de 974 alunos, 6 desses com laudo de Transtorno do Espectro Autista(TEA) e 1 com características leves do TEA, estando matriculados dois na Educação Infantil, um no 2º ano, dois no 3º ano, um no 4º ano e um no 5º ano.

Para atender esses alunos a escola dispõe do seu quadro pedagógico composto por: 1 diretor, 2 vice-diretores, 4 especialistas em educação, 45 professores e 18 mediadores. Desde sua inauguração, em 28 de janeiro de 1980, a escola passou por duas reformas, onde hoje possui fisicamente para atender seus alunos de: 1 sala de leitura, 1 laboratório de ciências, 4 salas de recursos multifuncionais, 13 salas de aula, 1 refeitório, 1 copa, 10 banheiros, 1 sala de professores, secretaria, 2 salas de coordenação e 1 ginásio poliesportivo.

Em seu Projeto Politico Pedagógico (PPP), a escola tem como tema gerador a "Escola e Educação de qualidade, incluindo a diversidade, integrando escola e família na perspectiva sociointeracionista" (E.M.EI.E.F."Profª. Emilia Gimennez, 2018). Com base na teoria sociointeracionista de Lev Vygotsky, que afirma que na interação do homem com o meio em que está inserido produz uma troca dialética, onde o individuo internaliza as formas culturais, intervindo-as e transformando-as (RESENDE, 2009).

Tendo o PPP como base para auxiliar na inclusão da criança com deficiência, a escola mostrou-se preocupada com esse processo de integração dessas crianças nas salas de aula comum. O ambiente escolar encontrado dispõe de algumas das alterações necessárias para a inserção do aluno com deficiência, como sala de recursos multifuncionais, salas e banheiros adaptados, professor auxiliar (mediador), e atendimento pelo AEE- duas vezes por semana no contra turno. Como está previsto no Art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, onde:

> Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação: I- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender suas necessidades [...]. II- Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (p.40).

Para que aconteça de fato a integração dos alunos com deficiência, é indispensável à parceria do responsável pelo AEE, do professor mediador e do professor titular da sala de aula comum. Por isso no planejamento escolar, são traçados

os planos de ação que irão ser trabalhados em parceria ao longo do ano letivo, para proporcionar um ensino com mais qualidade para essas crianças.

Em relação à avaliação desses alunos, inicialmente é feita pelo profissional do AEE, se o mesmo não tiver condições de fazer a mesma avaliação dos outros alunos, ele será avaliado por meio de relatório, feito semestralmente. Os relatórios deverão enfatizar os avanços e não apenas o fracasso dos alunos, levando em consideração: a frequência, assiduidade, memória, socialização, comunicação, autonomia, escrita, leitura, oralidade e raciocínio lógico matemático.

Onde serão relatadas suas potencialidades e dificuldades, para poder ser realizado uma reflexão teórica a respeito dessas dificuldades encontradas no decorrer do processo de aprendizagem.

De acordo com entrevistas feita com alguns professores que possuem aluno autista, foi relatado que atualmente a falta de parceria da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), vem dificultando alguns atendimentos que antes eram ofertados para esses alunos. Em uma conversa com a coordenadora responsável pelo AEE, foi relatado que hoje a CEES (Coordenação de Educação Especial), apenas vai a escola , quando é solicitada para fazer uma avaliação do aluno com deficiência, para detectar qual necessidade educacional ela possui. No entanto, quando foi criada a sala do AEE na escola, a SEMED dispôs de uma equipe de: fonoaudiólogo, psicopedagogo, 2 professores especialistas em educação especial e professores auxiliares, que faziam parte da equipe do AEE. Porém, houve uma redução desse quadro, onde hoje a sala do AEE é composta apenas pela professora e coordenadora do AEE.

Sendo que anteriormente, os alunos possuíam na sala de aula comum um professor auxiliar, que era responsável por fazer as atividades adaptadas para um melhor desenvolvimento desse aluno. Porém, de acordo com uma mudança feita pelo Secretário de Educação do município, na legislação municipal, a partir do ano de 2019, os alunos passaram a ter apenas o mediador na sala de aula. Onde sua função é apenas mediar o trabalho proposto pelo professor titular da sala, que é responsável por adaptar todas as atividades.

Segundo o relato da coordenadora essa mudança, acaba por dificultar o trabalho dos professores titulares, que tem que fazer todas as atividades e produzir materiais adaptados para os alunos com deficiência.

No entanto, o ambiente escolar contribuiu significativamente para o andamento da pesquisa possibilitando assim, encontrar as principais dificuldades que os docentes enfrentam no processo de ensino aprendizagem do aluno autista.

3.4 – Participantes da Pesquisa

A pesquisa foi feita mediante uma entrevista com o auxilio de um questionário, composto de 12 questões, onde foi solicitada, previamente, a autorização dos entrevistados por meio de um termo de consentimento livre e esclarecido da participação na pesquisa (ver no apêndice), que vem garantir o sigilo das informações, o que justifica o nome fictício usado para os entrevistados.

A entrevista foi realizada com: a coordenadora do AEE, uma professora da educação infantil, uma professora do 2º ano e uma mediadora. Onde foram nomeados aleatoriamente por Professor seguido de uma letra do alfabeto para diferencia-lo, na sequencia estão os dados de cada entrevistado:

Professor A - 47 anos, formada em Pedagogia pela UNIASSELVI, especialização em Educação Especial e LIBRAS, pela UFPA, trabalha a 2 anos como mediadora pela Prefeitura Municipal de Castanhal.

Professor B – 41 anos, formada em Pedagogia pela UFPA, especialista em educação inclusiva, trabalha atualmente como professora da educação infantil.

Professor C - 51 anos, formada em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú- UVA, especialista em Educação inclusiva e Especial pela UFPA, trabalha há 25 anos como professora em Castanhal e à 7 anos como coordenadora do AEE.

Professor D – 35 anos, formada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará- UEPA, trabalha há 4 anos como professora no Município de Castanhal, atualmente leciona para a turma do 2º ano.

SEÇÃO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção serão apresentados e analisados todos os dados obtidos na pesquisa de campo identificando o perfil dos participantes, sua compreensão em relação ao autismo, as dificuldades que os docentes encontram no processo de escolarização do aluno autista e se as metodologias por eles utilizadas realmente incluem esse aluno no ambiente escolar.

4.1 – Perfil dos participantes da pesquisa

Inicialmente, pensou-se em entrevistar apenas os professores titulares da sala, porém, ao estar em campo notou-se a necessidade de obter diferentes visões dessa prática com o aluno autista. Por isso, foram selecionados professores, mediador e coordenador do AEE para contribuírem com a pesquisa.

A Professora A (mediadora), em sua curta experiência com seus três alunos autista, mostrou a importância da capacitação adequada para um bom trabalho com esses alunos, a parceria com o professor titular, com o coordenador do AEE e com a família da criança. No inicio do seu contato com o aluno autista, foi relatado, em uma conversa, que ela tinha um pouco de medo do que poderia vim a encontrar, pois ela mesmo sendo especialista em educação especial e participado de uma formação, disponibilizada pela Secretaria de Educação, não estava preparada para os desafios que iria encontrar.

A Professora B (Ed. Infantil), atualmente estava com dois alunos autistas em sala de aula, durante a observação, notou-se que a mesma utiliza uma única metodologia com todos os alunos, sendo apenas feita a mediação pela professora A com os dois alunos autistas, porém, em alguns momentos os dois ficavam ociosos, pois nem sempre as atividades ficavam prontas a tempo para ser feitas.

A Professora C (Coordenadora do AEE), possui uma grande experiência na área da Educação, mesmo com seus 25 anos dedicados a ensinar, relata que ensinar aluno autista é um aprendizado diário, em fala ela diz: “O aluno autista vive de rotina,

porém nem todos os dias ele estará disposto a fazer as atividades propostas. Não adianta uma grande quantidade de materiais audiovisuais para trabalhar com ele, é necessário perceber o que lhe chama a atenção e utilizar desses recursos para estimular o seu desenvolvimento”. Por isso antes de produzir materiais para trabalhar com esses alunos, é necessário conhece-lo para saber qual metodologia irá ajudar o professor no processo de ensino e aprendizado do aluno autista.

A Professora D (2º ano), está a pouco tempo na turma, mas relata muita dificuldade em fazer atividades que incluam seu aluno autista. Mesmo com o apoio da mediadora ela comenta que deveria ter mais formações voltadas para os professores titulares.

O contato com os entrevistados foi bem rápido, para não comprometer o andamento das atividades em sala de aula, exceto com a Professora C que contribuiu significativamente para o andamento da pesquisa, relatos de sua experiência puderam mostrar que cada dia trabalhado com o aluno autista é uma conquista muito importante para o aluno e para o professor, “essa troca de conhecimento e esse aprendizado diário é o que da vontade de buscar sempre mais conhecimento para enfrentar os desafios da sala de aula”.

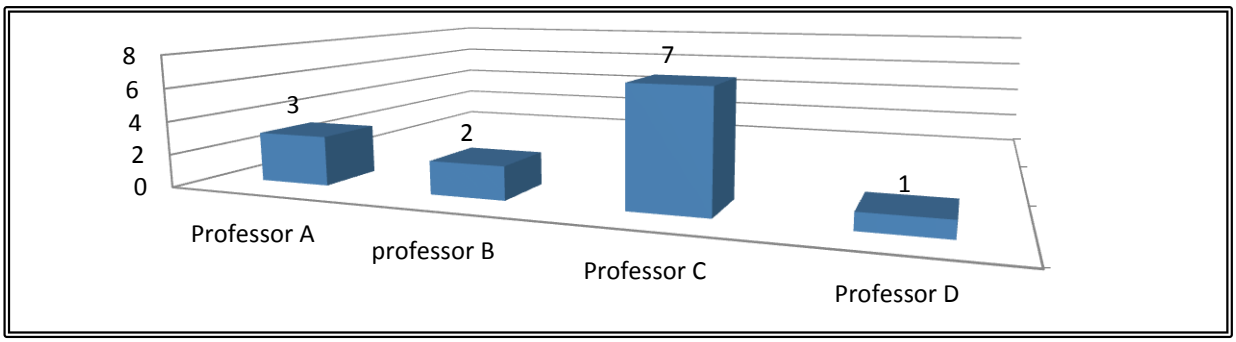
A pesquisa foi feita através de um questionário, composto de 12 perguntas, onde cada entrevistado respondeu de acordo com seus conhecimentos pedagógicos e sua experiência com o aluno autista.

A partir daqui apresentamos o corpus de análise constituído a partir dos dados produzidos na pesquisa de campo, a ser tratado com base em 12 questionamentos orientadores do levantamento necessário para tratarmos do debate sobre as práticas pedagógicas e o autismo.

Em relação ao quantitativo de alunos presente nas salas de aula nas quais as professoras participantes da pesquisa atuam verificou um total de 7 alunos como fica

evidente na fala do coordenador, representado individualmente pelos quantidades indicadas por cada professor, como destaca o gráfico 01

01 - Gráfico 01: Quantidade de alunos autista em sala de aula.



Fonte: Correa (2019).

O gráfico 01 informa a quantidade de alunos por cada professor entrevistados, sendo o Professor A, mediador da Professora B e D nos turnos da manhã e tarde. E a Professora C como coordenadora do AEE tem contato com todos os alunos da escola, sendo um total de 6 alunos autistas presentes nessa instituição. Anteriormente, a escola possuía um número maior de alunos autistas, mas eles foram atingindo uma maior faixa etária e a escola não dispunha mais da série que os atendesse.

Se olharmos para os números, poderíamos incorrer no equívoco em relação a distribuição de alunos autistas por professor, posto que como apresenta o gráfico 01, a professora A (mediadora) assume um maior número de alunos. Contudo, esse é justamente o papel que ela deve desempenhar no interior da escola, o de mediar o processo educativo dos alunos com deficiência. É por essa razão que esses números se elevam quando trata-se desse profissional.

No que tange a questão do professor auxiliar que a ajude com os (as) aluno(s) autista, quando questionados sobre esse ponto os participantes da pesquisa apresentam as seguintes considerações:

Todos os professores possuem um mediador para auxiliá-lo dentro e fora da sala de aula. Essa nomenclatura de professor auxiliar foi modificada recentemente pela secretaria Municipal de Educação - SEMED - alegando que o professor titular que deveria ser responsável pela elaboração das atividades dos alunos especiais.

Com intuito de diminuir os gastos com educação no ano de 2018, a Prefeitura Municipal de Castanhal juntamente com a SEMED, tentaram substituir os professores especialistas, responsáveis pelos alunos com autismo por cuidadores, que deveriam ter apenas nível médio ou estivessem cursando Pedagogia. Porém, não obtiveram êxito, pois a Associação dos Pais desses alunos se reuniram, e derrubaram esse decreto. Com o apoio dos professores e de alguns vereadores do município eles conseguiram exigir que o professor mediador, tivesse formação em Pedagogia e uma especialização em Educação Especial.

A partir de então o professor mediador seria responsável apenas por ajudar o aluno autista a executar as tarefas adaptadas pelo professor titular da sala. Mas, durante a observação da pesquisa pudemos observar que o mediador na maioria das vezes continua sendo responsável por elaborar as atividades adaptadas para o aluno autista. Conforme o Art. 59 Da Lei 9.394/96(LDB), a escola irá assegurar aos educandos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

> III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (p.40).

Essa transferência de responsabilidade das adaptações das atividades para os alunos inclusos, de certa forma trouxe algumas implicações. Segundo a professora C, antes os professores auxiliares possuíam mais tempo para elaborar não só as atividades, mas como recursos audiovisuais e materiais adaptados para trabalhar em sala de aula, hoje muitos professores titulares enfrentam dificuldades na elaboração de material adaptado, ora por falta de tempo ora por falta de vontade e algumas vezes por

não concordarem em fazer todo esse trabalho, o que acaba dificultando a inclusão desse aluno durante as aulas.

No tocante a maneira como a escola auxilia no trabalho pedagógico do professor com o aluno autista, verificamos os seguintes posicionamentos:

> **Professor A:** “dispondo de Atendimento Educacional Especializado duas vezes por semana no AEE”.
>
> **Professor B:** “A escola possibilita o atendimento especializado: atendendo os alunos no AEE”.
>
> **Professor C:** “Os coordenadores da escola se utilizam de subsídios teóricos e experiências vivenciadas na escola com alunos com TEA (Transtorno do Especto Autista), que deram certo, em outros anos. É bom salientar que esses alunos vivem de rotina e os professores devem criar uma rotina diária para suas classes, de maneira que deixe esse aluno confortável”.
>
> **Professor D:** “Orientando quando necessário”.

A parceria da escola com esses professores é muito importante para um bom desenvolvimento da prática pedagógica, esse suporte que a escola deve oferecer é como dizer ao docente: “não se preocupe estou aqui para ajuda-lo em todos esses desafios”. No entanto, para os Professores A, B e C deveria haver uma parceria melhor, pois apenas é disponibilizado o atendimento no AEE, notando-se a falta de formação continuada e oficinas que ajudem na produção de materiais adaptados. Porém, a Professora C ressalta a importância dos professores conhecerem a rotina de seus alunos autistas para que possa oferecer melhores condições no ambiente da sala de aula.

Sobre o apoio aos professores que atendem crianças com algum tipo de deficiência, a exemplo do autismo tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional Nº 9.394 de 1996 aponta para essa necessidade assim como também a Declaração Salamanca reafirma a importância do profissional capacitado para acompanhar o aluno com deficiência.

Em relação aos pais, se eles ajudam no desenvolvimento dos alunos na escola, fazendo acompanhamento especializado para esses alunos fora do ambiente escolar os participantes da pesquisa retratam o seguinte:

> **Professor A-** “Alguns são muito parceiros, sempre procurando melhoria no ensino dos filhos, mas alguns não fazem um bom acompanhamento no AEE, mas procuram atendimento fora da escola”.
>
> **Professor B-** “As famílias são atendidas nas redes de atendimento do município e também pela rede particular”.
>
> **Professor C-** “Todos os alunos com TEA deve ter um acompanhamento clínico que servirá para a criança aprender a se portar em ambientes sociais, os pais devem fazer essa procura clínica que vem ajudar o desenvolvimento dos alunos TEA no ambiente escolar, a maioria dos pais faz essa procura e acompanhamento, mas ainda possui aqueles que não fazem essa parceria com a escola”.
>
> **Professor D-** “Sim, os pais são muito responsáveis e ajudam muito nesse processo”.

Podemos observar que o acompanhamento dos pais no desenvolvimento dos alunos autistas é indispensável para um bom desempenho da criança, dentro e fora da sala de aula. A maioria dos responsáveis dos alunos da escola além de acompanharem nas atividades propostas pelo AEE, também fazem o acompanhamento especializado de outras formas. Levando seus filhos para atendimento com fonoaudiólogo, ecoterapia- uso de cavalos para o desenvolvimento social e motor- e acompanhamento na APAE. Segundo BOSA (2006):

> Os pais, ao optarem por certo tipo de intervenção, precisam ter em mente que até hoje não há boas evidências de que um tratamento específico seja capaz de curar o autismo e também que tratamentos diferentes podem ter um impacto específico para cada criança. Esse impacto depende da idade, do grau de déficit cognitivo, da presença ou não de linguagem e da gravidade dos sintomas gerais da criança (p.48).

No início do diagnóstico do autismo, alguns pais procuram soluções que curem seus filhos, o que ainda não é possível, por isso os profissionais do AEE juntamente com os professores e pais dos alunos, procuram sempre conversar com eles para tentar ajudar nessas intervenções, necessárias para uma melhor condição do desenvolvimento dessa criança. No entanto, o diagnóstico precoce é um grande aliado nesse processo e os pais são responsáveis por observar o desenvolvimento do seu filho desde os primeiros anos de vida. A partir desse diagnóstico que serão elaborados as intervenções que melhor se adequaram a cada caso, geralmente nas crianças pequenas deve se priorizar a terapia da fala, da interação social, linguagem, educação especial e suporte familiar.

A respeito da relação dos pais dos alunos autistas com o professor os participantes da pesquisa destacam que:

> **Professor A-** “De parceria, sempre estimulada por nós, pois essa parceria é indispensável para que o trabalho seja significativo”.
>
> **Professor B-** “De respeito e cooperação, a parceria é estimulada pelos professores”.
>
> **Professor C-** “A parceria deve ser amigável para ter uma boa evolução da criança no ambiente escolar e familiar, elas devem ser parceiras dentro e fora da escola”.
>
> **Professor D-** “É uma relação de parceria”.

Ao serem questionados sobre a relação dos pais com os professores, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que é uma relação de parceria, respeito e cooperação, sempre estimulada pelos professores. O que vem contribuir para um bom desenvolvimento da criança dentro e fora do ambiente escolar.

> Deverão ser estreitadas as relações de cooperação e de apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo que estes últimos participem na tomada de decisões em atividades educativas no lar e na escola (onde poderiam assistir a demonstrações técnicas eficazes e receber instruções sobre como organizar atividades extraescolares), e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos (Declaração de Salamanca, 1993. p.13).

Como afirma a Declaração de Salamanca essa parceria entre escola e família só vem contribuir para um desenvolvimento efetivo da criança com deficiência. Ao compartilharem essa tarefa de educar, os pais contribuem para a integração social e escolar dos filhos, porém, para que os pais possam assumir suas responsabilidades, a escola deve contribuir informando a eles de maneira clara como ajudar nesse processo de ensino. Dessa maneira eles poderão escolher o tipo de educação que querem para seus filhos.

Além dessa presença marcante no cotidiano do aluno com autismo temos que considerar a atuação política desses pais na garantia do direito de seus filhos, a exemplo do enfrentamento da proposta da SEMED de disponibilizar um profissional sem formação para atender pedagogicamente os alunos autistas.

No que concerne as dificuldades que os professores enfrentam na prática pedagógica com o aluno autista, verificamos as seguintes questões:

> **Professor A-** “Falta de recursos e formação continuada disponibilizada pela SEMED”.
>
> **Professor B-** “A ausência de recursos audiovisuais voltados para o aluno autista”.

> **Professor C-** “Acredito que nossa maior dificuldade dentro da rede municipal é a parceria do professor regular em trazer atividades adequadas ao nível do aluno para que o mediador possa executar”.

> **Professor D-** não respondeu

Ao sair das Instituições de Ensino Superior, os docentes estão cientes dos desafios que poderão encontrar nas salas de aula. No entanto, ao estar diante dessa realidade percebem que ainda não estão capacitados adequadamente para trabalhar com essa grande diversidade dos alunos. Por isso, é importante esta sempre participando de formações continuadas para facilitar nesse processo de ensino, mas essa falta de formações disponibilizadas pela Secretaria de Educação do Município acaba dificultando a prática pedagógica dos professores com o aluno autista.

Com isso, os professores relatam que não conseguem produzir materiais adaptados para ajudar no desenvolvimento dos alunos. Porém, como é relatado pela Professora C, o que mais dificulta essa prática com o aluno autista, é a falta de parceria entre o professor titular e o AEE, que comenta que a falta de atividades adaptadas atrapalha no desenvolvimento com esse aluno.

Quando a escola possui recursos e formações que ajudem o professor no seu trabalho com o aluno autista, ela contribui para um bom desenvolvimento da prática escolar. Cunha (2014) reforça que no ambiente escolar os estímulos devem ser peculiares ao aluno para que ele possa desfrutar de um aprendizado eficiente. Portanto, essa falta de formação e recursos audiovisuais para trabalhar com o aluno autista, relatado pelas professoras pode estar atrapalhando no desenvolvimento educacional desses alunos.

Em se tratando do modo como são elaboradas as atividades do aluno autista os destaques foram os seguintes:

> **Professor A-** “são feitas pela professora titular, eu apenas faço a mediação (ajudo o aluno resolver as atividades)”.

Professor B- “Os alunos conseguem desenvolver as atividades direcionadas a turma, porém são feitas adaptações, como por exemplo: ampliação das atividades”.

Professor C- “As atividades são elaboradas a partir do momento em que se conhece o aluno autista, elaboramos um plano de ação para cada aluno com objetivos próprios para cada um especificamente”.

Professor D- “As atividades são elaboradas para todos os alunos e a professora mediadora faz uma adaptação das atividades”.

Com base nas conversas com a Professora C, inicialmente é necessário perceber no aluno autistas as suas dificuldades e o que lhe chama atenção, para posteriormente ser elaborado materiais e atividades de acordo com suas especificidades. Sendo o autista muito visual é necessário que sejam utilizados recursos audiovisuais, por isso a Professora B utiliza a ampliação das atividades como metodologia para auxiliar no ensino desse aluno.

A produção desse material que deveria ser feita pela professora titular da sala é, no entanto, feita pela mediadora, como podemos perceber na fala da Professora D, o que pode contribuir para que o aluno em alguns momentos não seja incluído nas atividades da sala com os outros alunos, visto que a mediadora não tem essa função, como já foi mencionado pela Professora A na 6ª pergunta do questionário.

> Para ensinar a turma toda, parte-se do fato de que os alunos sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe é próprio e de acordo com seus interesses e capacidades. Também é fundamental que o professor nutra elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e não desista nunca de buscar meios para de ajudá-los a vencer os obstáculos escolares. (MANTOAN, 2015, p. 71).

Para ensinar o aluno autista o professor deve, portanto, partir do princípio do conhecimento prévio do mesmo, e sempre estar disposto a investir na sua capacidade

de desenvolvimento, pois dentro de suas limitações esse aluno pode avançar de acordo com a maneira que ele é estimulado.

De acordo com Aguiar (1997), o uso de pistas e de uma rotina contribui para o aprendizado do aluno autista, visto que todo autista aprende mais com uma rotina. Porém, essa aprendizagem continua codificada, e não estabelece relação com o conhecimento que o aluno já possui, no entanto cabe ao professor perceber que necessidades especiais esse aluno possui, para poder elaborar um plano de ação que ajude num bom desenvolvimento do seu aluno.

Cunha (2016), defende a participação do aluno autista no contexto escolar como sujeito participativo e reflexivo, destacando as áreas que podem ser trabalhada desse aluno:

> - **Memória, concentração e equilíbrio:** em atividades que estimulem a organização do material de trabalho;
> - **Socialização, direitos e deveres**: em exercícios que trabalhem limites e vida prática;
> - **Organização do pensamento e da linguagem:** na ordem de execução das atividades;
> - **A internalização do papel do aprendente no aluno:** em atividades que valorizem a escola e os seus atores;
> - **Socialização, alteridade, afetividade e inclusão:** em atividades com a participação do grupo discente, em atividades de vida prática e durante as refeições com demais aluno (p.93). (grifos do autor).

Tendo em vista essas considerações, os professores ao fazer seu planejamento, devem usar recursos que estimulem a participação do discente, buscando incentivar a participação da família durante esse processo. O uso de atividades que desenvolvam a rotina dele de forma que possibilite a organização do pensamento e da linguagem dentro e fora da sala de aula, também ajudam nesse processo. Outro recurso muito simples e importante para ajudar no desenvolvimento do aluno com TEA é a utilização do cotidiano dele, dentro da sala de aula, que proporciona o seu desenvolvimento social com os colegas e com a família.

No que se refere a criança com autismo possuir dificuldade de interação com os colegas e a metodologia utilizada nas atividades coletivas para proporcionar a interação entre os alunos os profissionais da escola ressaltaram as seguintes questões:

> **Professor A -** “A criança é estimulada pelo professor a interagir, mas nem sempre ele está disposto a interagir. Por isso, sempre respeitamos o tempo dele”.
>
> **Professor B -** “A interação com os outros alunos é feita através de estímulos e incentivos por parte dos colegas (mediado pela professora). Quando se apresenta alguma resistência nessa interação, é respeitado esse momento do aluno, e ele mesmo através e após observar a atividade, busca interagir”.
>
> **Professor C -** “A pouca interação com os colegas é uma das características do TEA, então usamos atividades e recursos em que ele possa apertar as mãos, tocar, abraçar, beijar, cheirar, os outros, pois só vamos conseguir com muita repetição e estímulos”.
>
> **Professor D -** “Sim, mas o aluno participa da hora da leitura, relata o que entendeu, vai para a fila do lanche junto com os outros colegas”.

Uma das características do aluno autista é a dificuldade de interação com o outro, o que proporciona em sua maioria o isolamento dentro do ambiente escolar. Dentro da sala de aula algumas crianças não entendem o motivo dele preferir ficar isolado, e tentam se aproximar dele usando brinquedos e tentando fazer com que os alunos autistas participem das brincadeiras com os colegas.

As atividades propostas pelo AEE que estimulam esse contato físico, como o abraço, o aperto das mãos, o cheirar, o tocar, o beijar o outro, ajudam muito na interação do aluno autista na sala de aula. Porém, nem todos os dias esse aluno estará disposto a manter o contato físico, e isso deve ser respeitado e trabalhado diariamente,

pois, a constante repetição desses estímulos irá ajudar no desenvolvimento de uma boa convivência não só na escola com os colegas, mas também em casa, com a família dessa criança.

Conforme afirma Silva (2013), um grande aliado no estimulo da interação do aluno autista é a brincadeira, que contribui para o seu desenvolvimento e socialização dele. Acarretando efeitos positivos na sua aprendizagem, no desenvolvimento de habilidades básicas e na aquisição de novos conhecimentos. Através do lúdico o professor poderá estimular o desenvolvimento das áreas de interação social. De acordo com Araújo (2012): “As brincadeiras são uma ferramenta lúdica para desenvolver o potencial cognitivo, psicomotor, social e afetivo da criança, sempre respeitando o seu nível de desenvolvimento, promovendo aulas muito prazerosas”.

Quando foram questionados sobre a existência de formações continuadas, oferecidas pela escola ou pela SEMED, para que o professor conheça novas metodologias que ajudem prática pedagógica com o aluno autista os resultados das falas dos participantes apontadas as seguintes questões.

> **Professor A -** “Não. Fiz apenas uma formação que foi disponibilizada pela SEMED, que não foi gratuita, para poder ser mediadora, geralmente as formações são direcionadas ao AEE”.
>
> **Professor B -** “As formações são direcionadas ao AEE”.
>
> **Professor C -** “Todo começo de ano nas ‘jornadas pedagógicas’, temos um espaço para contribuir com as educadoras a cerca das necessidades educacionais, às vezes a SEMED oferta formação (este ano ainda não ofertou)”.
>
> **Professor D -** “Não. As formações acontecem, e quando acontecem, somente participa os professores mediadores”.

As formações continuadas, como já foi dito anteriormente, são muito importantes para a prática dos docentes com aluno autistas. Porém, essa disponibilização que deveria acontecer por pare da SEMED e da escola, não estão sendo ofertadas pela rede municipal de ensino, e quando são disponibilizadas, são direcionadas apenas aos mediadores ou aos profissionais do AEE. No entanto, para um bom desenvolvimento das metodologias propostas com o aluno autista, é necessária a parceria e formação de todos os envolvidos no seu processo de ensino aprendizado. Isso inclui professor, mediador, professor do AEE e família, que juntos contribuirão muito mais nesse processo de inclusão do aluno na sala de aula.

Quando não são oferecidas essas formações, cabe aos professores buscar nas redes privadas ou públicas de ensino superiores, cursos de capacitação para estarem preparados para desenvolver metodologias que ajudem no ensino do aluno autista. Entretanto, podemos perceber que em sua maioria, eles esperam apenas pelas formações disponibilizadas pela SEMED, o que certamente não é o mais adequado, pois o professor deve estar sempre em uma constante busca por conhecimento, onde esse exercício diário de aprendizado é seu maior aliado dentro da sala de aula.

Sobre a formação continuada de professores para inclusão de alunos com necessidades especiais, o autor Delors (2003) declara que a qualidade do ensino é determinada tanto ou mais pela formação continua dos professores, do que pela sua formação inicial, contribuindo para a aproximação do saber e do saber-fazer.

Quando o aluno chega à escola sem laudo e o professor observa características do autismo na criança, questionamos os participantes sobre a reação dos pais ao saber sobre o possível diagnóstico. Sobre essa questão eles retratam o seguinte:

> **Professor A-** “Eles já vêm com laudo quando são matriculados”.
>
> **Professor B-** “Ainda não vivenciamos esta experiência, quando eles vêm pra escola já trazem esse laudo”.

Professor C- “Inicialmente é a negação, o chamado luto, aos poucos ele vai entendendo”.

Professor D- “Ainda não tive essa experiência”.

A maioria dos entrevistados ainda não vivenciou a experiência do primeiro diagnóstico do aluno autista dentro da sala de aula. Mas, como é relatado pela professora C, ao se deparar com esse possível diagnóstico, a maioria deles vivenciam um “luto”. E isso acontece por não saberem o que os filhos irão enfrentar no futuro e como poderão ajudar nessas barreiras que apareceram ao longo do seu caminho.

Em uma pesquisa feita por Cleonice Bosa (2006), o que mais angustia esses pais, é a controvérsia que envolve o processo de diagnóstico. Alguns autores mostram que existe algumas contradições durante o processo de diagnóstico e o encaminhamento para o tratamento adequado. Nessa pesquisa Bosa (2006) destaca quatro itens básicos para qualquer tratamento: “1) estimular o desenvolvimento social e comunicativo; 2) aprimorar o aprendizado e a capacidade de solucionar problemas; 3) diminuir comportamentos que interferem com o aprendizado e com o acesso às oportunidades de experiências do cotidiano; e 4) ajudar as famílias a lidarem com o autismo” (p.48).

Mediante o contato com o diagnóstico de autismo, toda a família precisa de ajuda, para se adaptar a essa nova realidade. No entanto, em algumas pesquisas feitas, notou-se que em sua maioria a responsabilidade para o acompanhamento dessas crianças fica sobre a responsabilidade apenas da mãe, o que vem causando um crescente aumento no número de depressão nas mães de autistas, devido à grande sobrecarga de responsabilidades. Com isso, percebemos a importância do diagnostico e acompanhamento precoce não só a criança, mas a família. Bosa (2006) reafirma que “a identificação das preocupações da família e o fornecimento de suporte, são essenciais, pois o stress parental pode afetar o desenvolvimento da criança” (p.51).

Assim como é um desafio para os professores à prática docente com aluno autista, para os pais dessas crianças é ainda maior, por isso a relação de parceria entre escola e família irá contribuir significativamente para um bom desenvolvimento dele dentro e fora do ambiente escolar.

Os professores indicam que o que poderia ajudar na prática pedagógica do professor com o aluno autista são as seguintes questões:

> **Professor A -** “Formações continuadas e rodas de conversa para troca de experiência entre os professores”.
>
> **Professor B -** Não respondeu.
>
> **Professor C -** “Muita leitura diária, confecção de recursos e atividades com muito recurso visual”.
>
> **Professor D -** “Formação continuada”.

Das quatro pessoas que participaram da pesquisa, apenas 3 responderam quando foi perguntado sobre o que lhe ajudaria na prática pedagógica com o aluno autista. Sendo que duas concordam que a formação continuada, que deveria ser disponibilizada pela rede de ensino, seria a principal, mas a troca de experiência citada pela Professora A, também é de grande ajuda nesse processo. Pois, através de relatos de metodologias que deram certo com outros alunos, poderiam ajudar com os novos desafios. No entanto, como foi relembrado pela Professora C, estar sempre se atualizando com leituras, a cerca do tema é muito importante, pois diariamente estão aparecendo novos estudos sobre o autismo. Sendo que, a cura e o motivo desse transtorno ainda não foram encontrados, mas pesquisas mostram algumas técnicas que minimizem o sofrimento dessas crianças e é na escola que a maioria delas consegue desenvolver a interação, a comunicação e suas habilidades, ressaltando que cada caso tem suas limitações e cada um avança no seu desenvolvimento de acordo com suas especificidades.

É notório que muitas vezes a árdua jornada de trabalho dos professores dificulta a procura de formação adequada para trabalhar com alunos com deficiência, porém existem diversas maneiras para estar atualizado a respeito do tema. A Declaração de Salamanca (1993) destaca que:

> A principal dificuldade é dar formação no emprego a todos os professores, tendo em vista as variadas e, muitas vezes, difíceis condições em que se desenvolve sua profissão. A formação em serviço, quando possível, deverá efetuar-se em cada escola mediante a interação com formadores recorrendo ao ensino à distância e a outras técnicas de auto-aprendizagem (p.10).

Essas formações que deveriam ser disponibilizadas pela rede, não estão acontecendo no momento, por isso é preciso que os professores tenham comprometimento em buscar recursos materiais que auxiliem em sua prática pedagógica para proporcionar a esses alunos que de fato sejam incluídos nas atividades que acontecem na sala de aula.

Ao relataram sobre a sua experiência e como conseguiu superar as dificuldades enfrentadas na sua prática pedagógica com o aluno autista. Eles destacam que:

> **Professor A-** “As minhas dificuldades foram superadas na prática. Até porque eu nunca tinha trabalhado com aluno autista. Por isso, tive que lê e procurar materiais que me ajudassem a trabalhar com eles. Por que a falta de parceria da SEMED, dificulta muito nosso trabalho, que cada dia é um novo desafio que superamos com muita determinação”.
>
> **Professor B-** “A minha experiência foi baseada através de estudos, pesquisas e relatos de outras professoras. Pois não tive o apoio e treinamento oferecido pela rede, a prática foi fundamental para o meu aprendizado”.
>
> **Professor C-** “Como todo começo, é difícil, cheio de incertezas, medo, angústia, queremos fazer tudo ao mesmo tempo para melhorar a qualidade do aluno com TEA. Porém, percebemos que ao conhecer o

aluno com TEA, precisamos apenas fazer pequenas adequações, trabalhar sempre com o concreto e fazendo o uso de imagens, pois eles são muito visuais, tudo que falamos devemos mostrar as ilustrações. Precisamos de muitas leituras sobre a temática, pois sempre estão acrescentando coisas novas, recursos variados para melhorar a qualidade do aluno e dos familiares dos TEA. Fazer várias especializações para conhecer como trabalhar com gestores, professores, coordenadores, apoio, agentes administrativos, serventes, porteiros, mediadores e familiares. Você deve observar o maior número de informações possíveis, porque a caminhada é longa e pesada".

Professor D- "Estou na turma há pouco tempo, mas tenho dificuldades em elaborar atividades que incluam o meu aluno autista, mas procuro sempre estar inserindo e incluindo o aluno nas atividades que ele sinta vontade de realizar".

No que diz respeito a como foi superado os desafios enfrentados no trabalho com o aluno autista, a Professora A e B, afirmam que somente com as experiências diárias e a busca própria por recursos, que conseguiram minimizar esses desafios. Visto que, elas não tiveram apoio pedagógico oferecido pela rede, o que dificultou bastante sua prática pedagógica.

Para a Professora C, o primeiro contato com o aluno autista sempre é muito difícil, você tenta trazer todos os materiais disponíveis para trabalhar com ele. No entanto, não é de variedades de recursos que ele precisa inicialmente, apriore é necessário diagnosticar o que lhe chama a atenção e utilizar isso com aliado no processo de ensino e aprendizagem. Foi assim que ela percebeu que uso de recursos visuais eram a metodologia mais adequada para se trabalhar, salientando também a importância de estar em constante busca pelo conhecimento, seja através da leitura ou fazendo especializações na área. Pois, só através de uma boa capacitação ela era

capaz de trabalhar com todos os responsáveis pela educação da criança autista- gestores, professores, coordenadores, apoio, agentes administrativos, serventes, porteiros, mediadores e familiares.

Já a Professora D, que há pouco tempo está na turma, relata sua dificuldade, mas não especifica o que utiliza como recurso para ajudar no ensino do aluno autista, apenas que o estimula a participar das atividades que ele se sente a vontade de fazer.

Percebemos que o que realmente contribui para um bom desenvolvimento das atividades adequadas para trabalhar com o aluno autista é a constante formação e a prática diária dessas metodologias. Lembrando que não existe uma única maneira de enfrentar essas barreiras, pois cada criança possui suas especificidades, mas a troca de experiência entre os professores contribuem para alcançar a melhor forma de ensinar essas crianças.

CONCLUSÃO

A compreensão dos participantes da pesquisa sobre o autismo nos faz perceber que dos quatro entrevistados apenas a Professora C possui um melhor entendimento sobre o autismo, visto que as Professoras A, B e D trabalham há pouco tempo com alunos autistas. A coordenadora do AEE, há 7 anos trabalhando com a educação especial mostrou a importância de conhecer a rotina do aluno para ajudar no seu desenvolvimento.

Sendo o autismo uma síndrome que afeta o desenvolvimento social, a comunicação, o funcionamento cognitivo entre outras alterações de caráter biológico. Para que a criança com autismo possa desenvolver certas habilidades, de acordo com o grau, é necessário que ocorra uma intervenção o mais cedo possível. Por isso, o professor que já tem experiência na área consegue perceber precocemente e ajudar num possível diagnóstico.

A pouca compreensão da maioria dos professores, acaba afetando o desenvolvimento dos seus alunos, o que pode contribuir para a não eficácia das metodologias utilizadas na sala de aula, o que nos leva a uma reflexão sobre a disponibilização de professores capacitados no município de Castanhal. Como será que as crianças com autismo estão sendo recebidas nas salas de aula? As atividades propostas realmente estão adequadas a cada especificidade desses alunos?

Por isso, é importante ressaltar que a inclusão dessas crianças só acontecerá de fato quando a escola dispuser de profissionais capacitados para auxiliarem nesse processo de ensino. E se a formação continuada não está sendo ofertada pela rede, o professor deve buscar meios que ajudem a enfrentar os desafios de ter um aluno autista, pois pra ser professor é preciso estar em constante busca pelo conhecimento.

Quanto as dificuldades dos docentes para escolarizar alunos com autismo cabe refletirmos sobre as barreiras, descritas pelos professores, presentes ao longo do processo de ensino do aluno autista, ao se deparar com algo novo, inicialmente o

professor vai ao encontro do medo, pois não sabe o que estará lhe esperando futuramente. Como afirma Cunha (2015), o autista possuí um conjunto de comportamentos destacando-se comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restritas repetitivas. E com base nessa tríade comportamental é que o docente vai se basear para saber que metodologias irão melhor se adequar para auxiliar na prática pedagógica.

As dificuldades em elaborar atividades adaptadas são pertinentes ao longo do processo, algumas professoras ressaltam que a falta de capacitação adequada e de tempo para preparar esse material são fatores que contribuem para tal dificuldade. Outro fator que veio contribuir para dificultar a prática dos docentes, foi a mudança de professor auxiliar para mediador, pois anteriormente esse profissional era responsável apenas pelo aluno autista, sendo encarregado de adaptar as atividades e produzir recursos direcionados a cada especificidade do aluno.

O que poderia contribuir para ajudar os docentes e mediadores seria uma parceria com o AEE, mas muitas vezes como relatou a Professora C, os professores não procuram fazer atividades ampliadas para uma melhor visualização do aluno autista. E os mesmos em alguns momentos acabam ficando ociosos na sala de aula.

> As ações que apresentam sucessos em sistemas inclusivos mostram que é imprescindível alterações em suas práticas passando desde diminuição do número de alunos por classe, [...], plano individual de ensino, melhoria da formação profissional [...], com uma pedagogia centrada na criança baseada em suas habilidades e não em suas deficiências, e que incorpore conceitos como interdisciplinaridade, individualização, colaboração e conscientização/ sensibilização. (CAPELLINI, 2001 apud PRAÇA, 2011, p. 58).

Por isso, é indispensável à capacitação adequada dos professores, pois só assim eles conseguiram elaborar materiais que ajudem no desenvolvimento cognitivo e na interação do aluno autista.

Por fim, as práticas docentes inclusivas ou excludentes se apresentam como desafios de proporcionar aos alunos autistas atividades pedagógicas que realmente o incluam na sala de aula é constante, os autores BOOTH e AINSCOW (2000 apud KUBASKI, 2013) fazem uma abordagem neste conceito de inclusão:

> **Presença:** sem classes separadas ou outra segregação, se o aluno participa de práticas conjuntas ou separadas de seus colegas, como a frequência desse aluno na escola, o local que esse aluno está inserido, correspondência entre o ano escolar e a idade cronológica. **2. Participação:** qualidade de experiências educacionais; tais como o engajamento do aluno em atividades conjuntas. **3. Aceitação:** pelos professores, colegas e equipe da escola, ou seja, relação com colegas, professores e demais funcionários da escola, melhores amigos, quem o auxilia, quem ele busca. **4. Aprendizagem:** ganhos acadêmicos, emocionais e sociais, por exemplo, como é realizada a avaliação desse aluno, principais recursos e dificuldades, etc (BOOTH; AINSCOW, 2000 apud KUBASKI, 2013, p. 24).

Para que de fato o aluno autista esteja incluído na sala de aula, é necessário que estejamos cientes das suas verdadeiras necessidades, para que seja utilizada uma metodologia que melhor se adeque ao ritmo escolar do aluno. Ao estar inserido na sala de aula comum o docente deve perceber se o autista está participando das atividades propostas, junto com os colegas e se elas estão de acordo com as suas especificidades.

Outro fator que contribui para uma possível exclusão desse aluno é a não aceitação dele, seja por parte dos outros discentes ou pelos funcionários da escola, por isso, o uso de metodologias que tratem a inclusão como algo comum deve ser trabalhado com todos que fazem parte da educação dessa criança, sendo ela responsável direta ou indiretamente no processo de ensino-aprendizado da mesma. E por fim, mas não menos importante, o professor deve saber a maneira adequada de avaliar o aluno autista, para constatar se sua prática está contribuindo para ganhos não só em conhecimento, mas emocional e social, para assim verificar se suas metodologias estão adequadas para o desenvolvimento do discente.

Durante a pesquisa de campo observamos que a utilização de recursos que facilitem essa inclusão da criança autista, ainda encontra-se muito abaixo do que se espera. Nas salas de aula regulares o aluno na maioria das vezes está ocioso, ou faz as atividades isoladas dos outros. Sabemos que cada criança, possui diferentes dificuldades, de acordo com o grau de autismo, porém a maioria em que estivemos em contato na escola possuem um baixo grau de TEA, o que não justificaria a utilização de

atividades propostas de uma maneira separada. Essa interação com a turma proporciona à esse aluno um grande ganho no seu desenvolvimento social, por isso é importante que o docente elabore atividades que proporcione a interação de toda a classe.

> O desenvolvimento de escolas inclusivas - escolas capazes de educar a todas as crianças- não é, portanto unicamente uma forma de assegurar o respeito dos direitos das crianças com deficiências de forma que tenham acesso a um ou outro tipo de escola, senão que constitui uma estratégia essencial para garantir que uma ampla gama de grupos tenha acesso a qualquer forma de escolaridade. (DYSON, 2001, p.150 *apud* SANCHES 2005, p.13).

Nessa perspectiva, o docente deve proporcionar ao aluno metodologias que incluam verdadeiramente as crianças autistas na sala de aula, pois o que se observa é que as atividades propostas adequadamente acontecem apenas na sala do AEE, onde a criança tem acesso apenas duas vezes durante a semana, constatando que a inclusão como deveria acontecer não está saindo do papel.

> Quanto mais significativo para a criança forem os professores, maiores serão as chances dela promover novas aprendizagens, ou seja, independentemente da programação estabelecida, ela só ganhará dimensão educativa quando ocorrer uma interação entre o aluno autista e o professor (SCHWARTZMAN E ASSUNÇÃO JUNIOR, 1995).

Os responsáveis por contribuírem para a educação da criança com TEA, não deve ser apenas os docentes, mas todos que fazem parte do processo educacional dele, e para que os objetivos traçados no projeto pedagógico da escola, relacionados a inclusão, sejam alcançados, a relação professor-aluno autista deve ser a mais harmoniosa possível. Pois, essa interação contribuirá para promover a aprendizagem do discente, a sua inclusão e significativamente para prática pedagógica do professor.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. (1997). **Crianças com alterações do espectro do autismo:** subsídios para o estudo da avaliação e intervenção psicoeducacional em casos de autismo. Tese de mestrado em psicologia educacional. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

ARAÚJO, Márcia. **Brincando com a criança autista na sala de aula**. Disponível em :http/Piumhi.apaebrasil.or.br/noticia.ph acesso em 05 de junho de 2019.

BAPTISTA, Claudio Roberto e BOSA, Cleonice. **Autismo e Educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira. CUNHA, Patrícia. **A educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2010.

BOSA, C. A. (2002). Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In C. R. Baptista & C. A. Bosa (Orgs.), **Autismo e educação:** reflexões e propostas de intervenção (pp. 21-39). Porto Alegre: Artmed.

_____ (2006). **Autismo:** intervenções psicoeducacionais**.** Revista Brasileira de Psiquiatria, 28, 47-53.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponívelem:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 de março de 2019.

_____**.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial**. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília:** Secretaria de Educação Especial, 2010. p.72.

_____. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios e métodos, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.1994. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 22 fevereiro de 2019.

_____. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em:<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291. Acesso em: 25 fevereiro de 2019.

CUNHA, Eugenio. **Autismo e Inclusão**: psicopedagogia prática educativa na escola e na família. 6 ed. Rio de Janeiro: wak Ed., 2015.

CUNHA, Gracielle Rodrigues da; BORDINI, Daniela; CAETANO, Sheila Cavalcante. Autismo, transtornos do espectro do autismo. In: CAETANO, Sheila Cavalcante; LIMA HERNANDES, Maria Célia; PAULA, Fraulein Vidigal de; RESENDE, Briseida Dôgo de. **Autismo, linguagem e cognição**. MÓDOLO, Marcelo (orgs.). Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

DYSON, A. apud SACHES, P. A. **A educação inclusiva:** um meio de construir escolas para todos no século XXI**.** In: Inclusão: Revista da Educação Especial. Sec. da Ed. Especial, v.1, n.1. Brasília: Sec. da Ed. Especial, 2005.

KUBASKI, C. **A inclusão de alunos com transtorno do espectro do autismo na perspectiva de seus professores:** estudo de caso em quatro escolas do município de Santa Maria/RS. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

DUPAL, George J. e STONER, Gary. ***TDAH nas escolas***. São Paulo: M. Books, 2007.

FACION, José Raimundo. **Transtornos invasivos do desenvolvimento e transtorno de comportamento disruptivo.** 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2005.

FELTRIN. Antonio Efro. **Inclusão social na escola**: quando a pedagogia se encontra com a diferença. São Paulo: Pulinas, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa**.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. **A política de educação especial no Brasil (1991-2011):** uma análise da produção do GT15 – educação especial da ANPED.Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 17, p. 105-124, maio/ago. 2011. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v17nspe1/09.pdf>. Acesso em: 25 março. 2019.

GOLDBERG, K., PINHEIRO, L. R. S., & BOSA, C. A. (2005). **A opção do professor pela área de educação especial e sua visão acerca de um trabalho inclusivo.** Perspectiva, 107, 59 - 68.

HYPOLITTO, Dinéia. **A equidade da educação básica:** um desafio na prática. Integração, ano VIII, n. 28, p. 64-66, fev. 2002. Disponível em:<http://www.usjt.br/proex/arquivos/produtos_academicos/64_28.pdf>. Acesso em: 25 março de 2019.

JORDAN, R. (2005). **Managing Autism and Asperger's syndrome in current educational provision.** Pediatric Rehabilittion, 8, 104 – 112.

KRISTEN, R., BRANDT, C., & CONNIE, K. (2003). **General education teachers' relationships with included students with Autism**. Journal of Autism and developmental disorders, 33, 123-130.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia cientifica / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos.** – 6. Ed. – 4 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

MANTOAN. Maria Teresa E. Ser ou estar: eis a questão. Explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro. W.V.A, 1997.

_____. Maria Teresa E.**Inclusão escolar**: o que é? Por que? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

_____. Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015. In: PRAÇA, E. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2011

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio**.** São Paulo: Veras, 1999.

MUNHOZ, Dercio Garcia. **Economia aplicada:** técnicas de pesquisa e análise econômica**.** Brasília: UNB, 1989.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 3.ed. revista ampliada. Petrópolis, RJ. Vozes, 2010.

REENDE, Muriel L. M. **Vygotsky**: um olhar sociointeracionista do desenvolvimento da língua escrita. Disponível em: http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/srtigo.asp. Publicado em 02/11/2009. Acesso: em 28 de maio de 2019

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

SANT'ANA, I. M. (2005). **Educação inclusiva:** Concepções de professores e diretores**.** Psicologia em Estudo, 10, 227 – 234.

SHAW, Willian. **Tratamentos biológicos para autismo e PPD**. São Paulo: Editora Atlantis, 2002.

SILVA, Taís da. **Atividades lúdicas**. Disponível em: http://brasilescola.com. Acesso em 05 de junho de 2019.

TEZZARI, M. &BAPTISTA, C. R. (2002). A integração escolar e o desafio da psicose. In C. R. Baptista & C. A. Bosa (Orgs.), **Autismo e educação**: reflexões e proposta de intervenção (pp.145-156). Porto Alegre: ArtMed.

Apêndice A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Eu _____, nacionalidade: Brasileira, idade:_____anos, estado civil:_____ profissão:_____,endereço:_____ _____,RG:_____, estou sendo convidado (a) a participar de um estudo denominado A PRÁTICA DOCENTE E O AUTISMO: As barreiras enfrentadas pelos docentes em suas práticas pedagógicas na E.M.E.F Emília Gimenez, cujo objetivo é analisar os obstáculos enfrentados pelo professor em sua prática pedagógica com o aluno autista.

A minha participação no aludido estudo será no sentido de responder a um questionário com perguntas abertas e fechadas. Fui alertado (a) de que, da pesquisa a ser realizada, o único benefício a esperar serão os conhecimentos produzidos pelo estudo acerca da temática em questão e uma socialização pública desses conhecimentos no órgão onde está vinculada a pesquisa. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome em qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, me identificar, será mantido em sigilo, tanto no trabalho escrito quanto na apresentação pública.

O pesquisador envolvido no referido projeto é : Tassia Juliana dos Santos Correa da Universidade Federal do Pará, Campus de Castanhal, e com ele poderei manter contato pelo telefone (91)982224676.

Esclareço ainda que me foi garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois de minha participação. Enfim, tendo sido orientado(a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação. Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo ligar para o fone: 3311-4613 (UFPA-Castanhal) ou mandar um *email* para proftassiacorrea88 @gmail.com

Castanhal, ___/___/2019

_____

Colaborador da Pesquisa

_____

Pesquisador (a)

Apêndice B - Questionário

QUESTIONÁRIO AO DOCENTE
1. Quantos alunos autistas possuem na turma em que você ministra aula?
2. Você possui professor auxiliar que a ajude com esse (s) aluno (s)?
3. De que maneira a escola auxilia no seu trabalho pedagógico com o aluno autista?
4. Em relação aos pais, eles ajudam no desenvolvimento dos alunos na escola, fazendo acompanhamento especializado para esses alunos fora do ambiente escolar?
5. Que dificuldades você enfrenta na prática pedagógica com o aluno autista?
6. Como são elaboradas as atividades dos alunos autistas?
7. A criança com autismo possui dificuldade de interação com os colegas. Qual a metodologia utilizada nas atividades coletivas para proporcionar a interação desse aluno?
8. Existem formações continuadas, oferecidas pela escola ou pela SEMED, para que o professor conheça novas metodologias que ajudem prática pedagógica com o aluno autista?

9.	Quando o aluno chega à escola sem laudo e o professor observa características do autismo nessa criança, qual a reação dos pais ao saber sobre o possível diagnóstico?
10.	O que poderia ajudar na prática pedagógica do professor com o aluno autista?
11.	Como é a relação dos pais dos alunos autistas com o professor?
12.	Faça um breve relato sobre a sua experiência e como conseguiu superar as dificuldades enfrentadas na sua prática pedagógica com o aluno autista.